



NORTE-04-2114-FEDER-000184 - CAMINHAR CONHECENDO

Implementação da GP Peneda-Gerês

Resumo

A ADERE-PG tem em curso o projeto de implementação da Grande Rota Peneda-Gerês, com o objetivo de melhorar as condições de visita no único Parque Nacional do país (Parque Nacional da Peneda-Gerês), adequando os interesses do desenvolvimento turístico do território com os princípios basilares da preservação e conservação da natureza.

O objetivo principal é o de tornar a GR no percurso principal para a visita ao Parque Nacional, a partir da qual devem ser comunicadas outras atrações naturais e culturais do território e dinamizada a rede de trilhos já implantada.

Para além da criação da rota propriamente dita, o projeto contempla outras ações complementares:

- Definição e implementação da fase I do Plano de Sinalização da GR;
- Definição do regulamento de utilização da GR;
- Valorização de outros trilhos complementares (percursos PR);
- Desenvolvimento de uma plataforma online para divulgação, promoção e comunicação da GR.

Este projeto é cofinanciado pelo NORTE 2020, enquadrando-se no objetivo temático “Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos” e no objetivo específico definido para a Prioridade de Investimento no Programa Operacional “Promover a valorização da excelência do património cultural e natural no contexto de estratégias regionais distintas de desenvolvimento turístico”, uma vez que pretende contribuir para a valorização do património natural de excelência do PNPG e para a melhoria do modelo de gestão e acolhimento de visitantes através da implementação de um percurso, com cerca de 200 km, que irá atravessar o território do Parque, surgindo como a infraestrutura principal para a visita à área protegida.

O trabalho de implementação da GR está a ser articulado com os Conselhos Diretivos dos Baldios, com os Municípios de Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Terras de Bouro e Montalegre, bem como com o ICNF.



Descrição

No quadro das novas tendências do mercado turístico, e de acordo com a Agenda Regional de Turismo, o segmento “turismo de natureza” constitui um produto turístico prioritário para o Norte de Portugal.

A visão traçada para o turismo na Região Norte é clara e aponta no sentido de tornar esta região no primeiro destino de Turismo da Natureza e Rural do país, assente numa rede de áreas protegidas e rurais de elevado valor natural e paisagístico.

Neste contexto, o Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) - o único Parque Nacional de Portugal, também declarado pela UNESCO como Reserva da Biosfera, detentor de galardões importantes nomeadamente o de território com Carta Europeia de Turismo Sustentável - constitui um território fundamental na estratégia de afirmação e promoção da Região Norte enquanto destino de Turismo de Natureza.

O PNPG é efetivamente um território de grande valor ambiental, ecológico, paisagístico e cultural, detentor de recursos ímpares no contexto nacional e internacional, que o colocam numa condição favorável para tirar partido de uma estratégia de desenvolvimento sustentável baseada no aproveitamento inteligente e responsável dos seus recursos patrimoniais e, assim, para se afirmar como um destino de turismo de natureza competitivo, contribuindo para os objetivos estratégicos da Região Norte.

Face a este reconhecimento, o PNPG é procurado como destino de férias, registando-se um crescimento significativo nas visitas mais curtas, de fim de semana e mesmo de 1 dia, sequência de um número cada vez maior de pessoas que visitam o Parque Nacional para a realização de atividades de turismo de natureza, principalmente relacionadas com a montanha), quer na componente mais lúdica e de visitação, quer na componente mais desportiva. Nos últimos anos, desenvolveram-se iniciativas públicas importantes para melhorar as condições de visitação e de acolhimento destas atividades e dos seus públicos, das quais são exemplo as Portas do PNPG e inúmeros projetos de criação de pequenas infraestruturas de apoio às atividades recreativas e desportivas (trilhos, miradouros, áreas de merenda, etc.).

Contudo, muitas vezes fica a ideia que os visitantes não tiram o real partido da sua visita ao Parque Nacional, por falta de um sistema de comunicação interno e de terreno, que os informe sobre as características e valores naturais que podem ser “visitados” e usufruídos, bem como por falta de uma infraestrutura que organize e oriente devidamente a visita das pessoas no território, que os leve a conhecer os melhores sítios. Por outro lado, a evolução verificada na prática de atividades em espaços naturais e a alteração do perfil do visitante/praticante de atividades de montanha (desde os pouco ou nada experientes até ao público mais especializado, alguns profissionais) refletem-se em necessidades e desafios cada vez mais específicos,



requerendo infraestruturas adequadas e adaptadas às diferentes atividades e diferentes públicos, uma maior capacidade de gestão e de acompanhamento por parte das entidades e autoridades do território, novas exigências em termos de comunicação e de facilitação do acesso à informação, entre outros.

As caminhadas e os passeios pedestres representam a atividade de ar livre com maior expressão no PNPG. O território dispõe de uma oferta considerável de percursos de pequena rota, dispondo ainda de algumas rotas mais longas (GR). No entanto, não existem rotas que proporcionem a travessia de todo o território do PNPG e que funcionem como elemento agregador e espinha dorsal de toda a rede de percursos existentes. As travessias são a vertente mais procurada dentro da atividade de pedestrianismo, o que justifica uma intervenção concreta neste domínio das infraestruturas de turismo de natureza. Por outro lado, coloca-se hoje, e com grande mediatização, o problema da orientação e da segurança das pessoas que frequentam a montanha com fins lúdicos ou desportivos, já que os públicos se diversificaram, trazendo necessidades também diversas.

Mantem-se a incapacidade de monitorizar/ acompanhar a dimensão do uso público (turístico) no território do Parque e sobretudo no que respeita à utilização dos trilhos (quem e quantos, em que épocas, com que frequência, qual o perfil dos utilizadores, etc.), bem como a inexistência de uma boa estratégia de comunicação e de articulação entre as entidades e os visitantes. Não são ainda eficientes os meios de comunicação e de facilitação do acesso à informação útil para quem pretende realizar atividades na montanha, no território do PNPG. Coloca-se ainda, e não menos importante, a questão da proteção e conservação dos recursos naturais e culturais existentes, que deve ser considerada na perspetiva dos objetivos de valorização e promoção das Áreas Protegidas e da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos.

Considerando, então, as diferentes dimensões:

- Procura crescente ao nível das caminhadas e resposta insuficiente em infraestruturas (trilhos pedestres, diversos nas suas características e públicos-alvo);
- Objetivo de promoção do Turismo de Natureza nas Áreas Protegidas (NATURAL.PT);
- Ausência de uma estratégia de comunicação e informação dos valores existentes no terreno que seja suficiente e eficiente;
- Necessidade de compatibilizar a visita com os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade (sustentabilidade e eficiência na utilização dos recursos);



• Dificuldades no “modelo” de gestão dos visitantes (monitorização e acompanhamento dos visitantes/ pedestrianistas), com resultados negativos a vários níveis, designadamente:

- incapacidade de comunicação com o público (não existe um “esquema” de comunicação eficiente, capaz de informar os visitantes sobre o estado de operacionalidade de cada trilho, sobre situações particulares que possam impossibilitar a realização de determinado trilho, etc., assim como não existe um canal de feedback dos pedestrianistas, onde estes possam registar problemas de manutenção detetados, valores naturais identificados, etc.);
- gestão dos procedimentos de autorizações do PNPG, quando necessários para efetuar determinados trilhos;
- incapacidade de monitorizar as capacidades de carga definidas no Plano de Ordenamento do PNPG;
- eficácia na resposta a pedidos de resgate;

torna-se fundamental preparar o território para estas novas exigências, dotando-o de meios capazes de dar uma resposta adequada à crescente procura ao nível do Turismo de Natureza, tendo presente o equilíbrio entre as práticas de visitação e a preservação e conservação dos valores naturais em presença.

Pretende-se com este projeto implementar o percurso da Grande Rota do PNPG, afirmando-o como o percurso estruturante de das visitas no Parque Nacional, a partir do qual se deve comunicar as atrações naturais e turísticas do território.

Este projeto configura uma das prioridades de intervenção no território do Parque Nacional, identificada quer no Plano de Ação do Programa de Valorização da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (um documento de ação estratégia cuja elaboração foi articulada entre o ICNF/ PNPG, os municípios e a ADERE Peneda-Gerês, referido na estratégia do Turismo de Portugal – Turismo 2020), quer no Plano de Ação do Dossier para o Turismo de Natureza no Minho desenvolvido no âmbito do projeto NaturMinho (EEC PROVERE Minho IN).

A implementação do percurso da Grande Rota será operacionalizada conjuntamente com as seguintes iniciativas:

- Desenvolvimento do Plano de Segurança da Grande Rota;
- Elaboração do Plano de Comunicação e Sinalização da Grande Rota, com base num referencial e identidade própria, que permitirá não só a sinalização da rota mas sobretudo irá permitir comunicar e informar sobre as atrações naturais do Parque;



- Valorização da rede existente de percursos pedestres, com prioridade para os que estão localizados nas imediações do traçado da Grande Rota ou que são complementares na estratégia de comunicação das atrações naturais;
- Desenvolvimento de uma plataforma WEBGIS para divulgação e promoção da rede de trilhos do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), bem como para acompanhamento da utilização dos trilhos por parte dos visitantes; esta plataforma está a ser “arquitetada” com base em contributos de várias entidades, entre as quais o próprio Parque Nacional e as forças de autoridade e Proteção Civil, já que pretende desempenhar um papel importantíssimo na articulação entre as pessoas que visitam o Parque e as autoridades que devem intervir em caso de acidente ou desorientação, sendo portanto considerada de grande utilidade por parte destas entidades;
- Realização de sessão pública de apresentação da Grande Rota.

Objetivos gerais

- Conciliar os interesses da visita com os objetivos fundamentais de preservação e conservação da natureza e da bio e geo-diversidade e simultaneamente valorizar o património existentes.
- Melhorar os equipamentos e as condições de visita e de receção de visitantes.
- Potenciar o território do PNPG como destino qualificado e seguro para turismo de natureza.
- Implementar um sistema de comunicação e articulação com os visitantes (utilizadores dos trilhos pedestres no PNPG) e destes com as entidades responsáveis pela gestão do território, fiscalização e proteção civil.
- Potenciar a visita enquanto contributo para a sustentabilidade e dinamização das comunidades locais.
- Promover o desenvolvimento sustentado das áreas rurais, através da valorização do seu património cultural e natural com base na implementação de um itinerário pedestre, grande rota (GR) de travessia do PNPG), que funcione como espinha dorsal, interligando caminhos fronteiriços, pequenas rotas e grandes rotas intermunicipais, criando condições para a visita do espaço e sua potenciação enquanto recurso de turismo de natureza.

Resultados esperados

Em termos de resultados espera-se que a criação de uma Grande Rota de travessia no PNPG (cerca de 200 km de rota sinalizada) contribua para:



- Aumento da atração turística do território pela qualificação e valorização de infraestruturas de Turismo de Natureza e pelo aumento da satisfação dos visitantes pela melhoria da experiência da visita;
- Aumento do nº de visitantes em trilhos/ caminhadas com pernoita no território; contribuindo para a sustentabilidade económica dos alojamentos turísticos e empresas locais;
- Crescimento do número de empresas/operadores turísticos que passam a promover/comercializar programas/pacotes de férias de mais de 3 noites, utilizando a grande rota/ atividades pedestres como recurso central na sua oferta.
- Diminuição de acidentes e do número de pessoas perdidas/ desorientadas em atividades pedestres, em consequência da operacionalização e divulgação do Plano de Segurança da Grande Rota e também pela eficácia no planeamento do seu traçado;
- Diminuição da pressão nos trilhos informais localizados em zonas mais protegidas e de difícil acesso;
- Contributo para a sustentabilidade, valorização e uso eficiente dos recursos naturais e culturais, através da criação de uma infraestrutura (percurso pedestre) que proporciona a visita, de forma transversal, ao território do Parque Nacional e o contacto com os seus valores naturais e culturais, salvaguardando que as visitas são efetuadas com respeito aos objetivos de proteção desses valores.